



Parecer Jurídico

Projeto de Lei nº 024/2025
Origem: Poder Executivo Municipal

I RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 024/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, modificar a estrutura administrativa do Poder Executivo, com a seguinte ementa:

"ALTERA A LEI N.º 4.203, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE INSTITUI A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Ao compulsar o projeto, verifica-se que o intuito do Poder Executivo é modificar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, a fim de modernizar seu quadro seu quadro funcional e aprimorar a gestão da área, extinguindo-se os cargos comissionados, convertendo-os para função gratificadas aos servidores de carreiras.

Extraí-se ainda que a referida alteração trará 74 mil reais de economia ao Município.

É, no que importa, o sucinto relatório.

II DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto de Lei Ordinária em análise fora proposto pelo Chefe do Poder Executivo, não havendo vício de iniciativa, eis que a matéria é privativa do Prefeito Municipal.

2.2. DO QUÓRUM PARA APROVAÇÃO DE LEI ORDINÁRIA

O presente parecer tem por objetivo a análise jurídica de projeto de Lei Ordinária, o qual exige para sua aprovação maioria simples, ou seja, o número de votos favoráveis deve ser superior aos contrários entre os vereadores presentes na sessão. Destaca-se que, para a votação do referido projeto, deverá



estar presente a maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, ou seja, mais da metade dos vereadores da câmara, para que a sessão de votação tenha validade.

Dessa forma, não é possível prever o número exato de votos necessários para a aprovação do projeto, uma vez que isso dependerá do número de vereadores presentes na sessão em que o projeto for submetido à votação.

2.3 DA TRAMITAÇÃO DO PROJETO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

Ademais, não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é da competência exclusiva do Prefeito, consoante preconiza a Lei Orgânica Municipal, conforme alhures mencionado.

A alteração da Lei nº 4.203/2019, que tem como objetivo a reorganização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, está fundamentada em interesses públicos legítimos, buscando maior eficiência na gestão pública, o que, em princípio, está em consonância com as necessidades da administração municipal.

A reorganização proposta deve ser analisada à luz da efetividade das políticas públicas e da racionalização dos recursos públicos, considerando que mudanças na estrutura administrativa podem resultar em maior agilidade na execução dos serviços públicos.

No tocante a reestruturação de cargos e as suas atribuições, podem ser alteradas, desde que por meio de lei, observado a razoabilidade e legalidade. Nesse sentido é o entendimento de Gustavo Mello Knoplock:

"Todos os atributos relacionados aos cargos públicos devem ser dispostos em lei, assim, somente lei poderá definir e alterar a denominação do cargo, quantidade, remuneração, requisitos para investidura e atribuições; nesse sentido, o STF concedeu mandado de segurança de forma a impedir a alteração das atribuições de determinados cargos feita por mero ato administrativo. "Aduziu-se que a mudança de atribuições dos cargos ocupados pelos impetrantes se dera por edição de portaria, meio juridicamente impróprio para veicular norma definidora de atividades inerentes e caracterizadoras de cargo público. Nesse sentido, explicitou-se a necessidade de edição de lei para a criação, extinção ou modificação de cargo público. O Min. Gilmar Mendes enfatizou a repercussão deste julgamento, tendo em



EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, reunida no dia de hoje, e após estudos e considerações, bem como ao seu aspecto legal, se pronuncia

favorável ao Projeto de *executivo*
nº *24/2025*, recomendando ao plenário a sua *tramitação*.

Sala das Sessões, *18* de *maio* de 2025.

FUNDAMENTAÇÃO

Cátia Grosskopf Friedrich
Cátia Maria Grosskopf Friedrich
Presidente

Diego Niespodzinski
Diego Niespodzinski
Relator

Rodrigo Vargas
Rodrigo Vargas
Membro

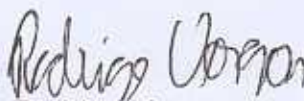


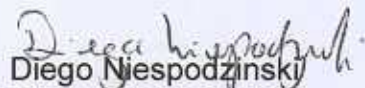
EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

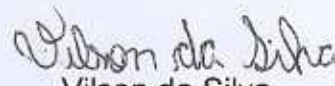
A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO, reunida no dia de hoje e, após os devidos estudos e considerações, se pronuncia Favorável ao Projeto de EXECUTIVO nº 024/2025, recomendando ao plenário a sua tramitação.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2025.

FUNDAMENTAÇÃO


Rodrigo Vargas
Presidente


Diego Niespodzinski
Relator


Vilson da Silva
Membro

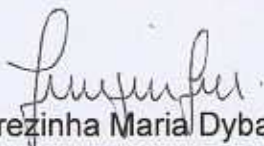


EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

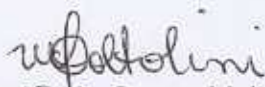
A COMISSÃO DE FINANÇAS, CONTAS E ORÇAMENTO, reunida no dia de hoje e, após os devidos estudos e considerações, se pronuncia favorável ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/2025, recomendando ao Plenário a sua tramitação.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2025.

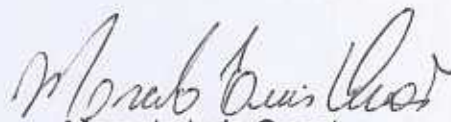
FUNDAMENTAÇÃO



Terezinha Maria Dybas
Presidente



Zuleica Maria Sousa Voltolini
Relator



Marcelo Luis Quost
Membro